ALCA: a hesitante integração hemisférica

Paulo Moraes

A próxima década será decisiva para a negociação actualmente em curso, com prazo de conclusão fixado para o ano 2005, de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que reuniria 34 países do Alasca à Patagónia, um PIB aproximado de nove triliões de dólares e um mercado potencial de cerca de 765 milhões de pessoas.

A ALCA tem evoluído de forma menos dinâmica do que se previa inicialmente. As tensões entre o Governo norte-americano e o Mercosul condicionaram o ritmo e as prioridades do processo. Os EUA favorecem a liberalização acelerada, com disciplinas comerciais mais profundas e liberalizantes do que os acordos alcançados na Rodada do Uruguai do GATT/OMC, e baseada no modelo NAFTA. Os países do Cone Sul, que têm apresentado posições comuns nas discussões, defendem um maior gradualismo e equilíbrio nas negociações, sobretudo por influência do Brasil.

Os ministros do Comércio da ALCA, em Novembro de 1999, aprovaram 10 medidas de facilitaçao de comercio (procedimentos aduaneiros e medidas de transparência), a aplicar a partir de 10 de Janeiro de 2000. Apesar do avanço, as discussões indicam progressos mais difícei em temas de grande interesse, como a liberalização do comércio agrícola e a remoçao de mecanismos de defesa comercial considerados injustos, que opõem praticamente todo o paises aos EUA.

A ALCA contrapoe economias de tamanho e nível de desenvolvimento assimétrico. Conciliar os diferentes interesses que daí resultam não é fácil. Na América Latina, apesar da reforma macroeconómicas liberalizantes do início dos anos 90, muitos países entendem que a liberalizaçao deve ser precedida por estágios intermédios de abertura, de escopo ubregional e regional, de forma a minorar os custos de transição, assim como a assegurar a diversificaçao de parceiros comerciais e o tratamento não discriminatório dos investimentos extra hemisfericos no cenário pós-2005.

Com as dificuldades conhecidas, o Mercosul e a Comunidade Andina buscam aprofundar os seus respectivos processos de integração e iniciaram negociações, hoje temporariamente suspensas, para liberalizar o comercio bilateral. Países como o Chile e o Mexico, por sua vez, firmaram diversos acordos de livre comércio com países latino-americanos.

O lançamento abortado, em Dezembro passado, da Rodada do Milenio da OMC prenuncia mais dificuldades para as negociaçoes hemisféricas. Se a ausencia da perspec tiva de uma nova rodada multilateral no futuro imediato podera reforçar a iniciativas regionais, as mesmas forças que inviabilizaram aquela negociaçao estão presentes no âmbito da ALCA. Nos EUA, a politizaçao de questões de ambiente, de trabalho e sócio-económicas nos acordos de livre comércio impediu ate hoje que o Executivo obtenha do Congresso um mandato negociador (*fast track authority*) e, como consequência, desacelerou as negociaçoes hemisféricas. Essa po tura crescentemente critica em relaçao ao liberalismo economico, que nao se restringe àquela sociedade, pre siona os Governos a endurecerem as suas posiçoes. No próximo milenio as negociaçoes da ALCA devem avançar e resultar num acordo, mas não ha garantias de que os seus resultados sejam aceites pelas sociedades e respectivas instituiçoes políticas. E provável que nos EUA o futuro acordo da ALCA enfrente resistências emelhantes as que se manifestaram durante o processo de ratificaçao do NAFTA, que so foi aprovado após debate interno desgastante. Mesmo durante as negociaçoes hemi ferica , os Governos devem e tar preparados para uma crescente mobilização das associações empresariais, dos sindicatos, das ONGs e da defesa do consumidor, entre outros segmentos contrários à abertura das fronteiras territoriais às forças da economia internacional.